



Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

Conselho de Administração
Presidente
Aurélio de Almeida Prado Cidade

Membros
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Patrícia Maria Mesquita
Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editor-Chefe Responsável: Roberto Gazzi

Administração e Negócios
Diretor Presidente: Sílvio Genesini
Diretor de Operações: Rubens Prata Jr.
Diretor Financeiro: Ricardo do Valle Dellape
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

NOTAS & INFORMAÇÕES

Brincando com fogo

Por pouco, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não termina o ano imerso numa grave crise militar – seria a primeira desde a redemocratização, há um quarto de século. O governo petista brincou com fogo ao permitir a edição do decreto que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos. Esse plano, que reúne 25 diretrizes e mais de 500 propostas e ações nas mais variadas áreas, seria apenas uma coleção de intenções, se não tivesse sido enxertado com algumas medidas que podem solapar os instrumentos que serviram de base para a pacificação da sociedade brasileira, na transição do regime militar para o Estado Democrático de Direito.

A reação dos comandantes militares à tentativa – mais uma vez patrocinada pelo ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi – de revogar a Lei da Anistia foi enérgica e recebeu inteiro apoio do ministro da Defesa, Nelson Jobim, que há tempos vem tentando conter as iniciativas revanchistas de Vannuchi e do ministro da Justiça, Tarso Genro.

As pessoas pouco afetadas aos fatos ligados à repressão política, durante os governos milita-

res, e que somente tomem conhecimento das iniciativas daquela dupla de ministros certamente terão a impressão de que os quartéis, na atualidade, estão cheios de torturadores e as Forças Armadas são dirigidas por liberticidas. Nada mais falso.

Os militares que cometeram abusos, torturaram e mataram durante a repressão há muito deixaram o serviço ativo. Seus nomes e seus feitos são conhecidos, assim como os de suas vítimas. Alguns deles estão sendo processados e o Supremo Tribunal Federal deverá decidir qual o alcance e a abrangência da Lei da Anistia. Esses acontecimentos as lideranças militares veem com “naturalidade institucional”, ou seja, não perturbam a rotina castrense.

Muito diferentes são as tentativas de revogar a Lei da Anistia, para punir todo e qualquer agente do Estado que participou da repressão – e isso não significa necessariamente ter abusado, torturado ou matado –, mas garantindo a imunidade dos que atentaram contra as leis e a ordem vigentes, mesmo tendo abusado, torturado e matado – pois a esquer-

da armada também fez isso.

Para os militares, é ponto de honra que a Lei da Anistia permaneça em vigor, nos termos em que foi aprovada em 1985. Entre outros motivos, porque assim se isola a instituição de uma fase histórica conflituosa, que exigiu que os militares deixassem de lado sua missão profissional tradicional e assumissem os encargos da luta contra a subversão. Isso não se fez sem prejuízos à coesão e à hierarquia das Forças Armadas.

Para a Nação, a manutenção da Lei da Anistia é mais que um ponto de honra. É a garantia de que os acontecimentos daquela época não serão usados como pretexto para que se promova uma nova e mais perniciosa divisão política e ideológica da família brasileira. Aqueles que viveram os acontecimentos de 1964 para cá sabem que a Lei da Anistia foi o marco que permitiu a reconciliação nacional e a redemocratização – esta completada três anos depois com a nova Constituição –, sem que houvesse os episódios de autoritarismo e violência que pipocaram durante os processos de abertura na Argenti-



Alerta na inspeção ambiental

O resultado da inspeção veicular ambiental realizada na capital paulista até o fim de novembro foi decepcionante. Um milhão de veículos, ou 43,5% dos 2,3 milhões de veículos que deveriam ter sido vistoriados e regulados até aquela data, não cumpriram essa obrigação fixada por lei municipal. Isto é um alerta para a Prefeitura, que precisa adotar as medidas necessárias para mudar esse quadro, sob pena de comprometer um programa da maior importância para combater a poluição na capital, que tem nos veículos automotores um dos principais responsáveis.

O malogro na inspeção em 2009 pode prejudicar o programa – que está sendo implantado gradativamente desde 2008 – num momento crucial. Obrigatório para um total de 2,5 milhões de veículos em 2009, ele vai atingir a totalidade da frota, de 6 milhões, em 2010. A baixa adesão ao programa, nessa fase de transição, é o pior que poderia acontecer.

Deve-se evitar que se crie a impressão de que ele não tem base sólida. Isto, na verdade, seria injusto porque os resultados relativos aos veículos que se submeteram à inspeção foram animadores. De cada 12 veículos vistoriados, só 1 foi forçado a regular a emissão de poluentes. Caminhões, motos, ônibus e carros tiveram índices de aprovação de 72%, 86%, 87% e 95%, respectivamente. Mesmo se considerando que os veículos inspecionados nessa fase são os mais novos da frota, fabricados entre 2003 e 2008, o resultado é bom.

A constatação de que um

número tão elevado de proprietários de veículos não cumpriu a obrigação legal de submetê-los à inspeção coincide com o anúncio pelo governo municipal da decisão de não mais restituir aos proprietários, a partir de 2010, a tarifa que eles pagam para fazer a vistoria e que acaba de sofrer reajuste – a vigorar a partir de fevereiro – de 7,04%, passando de R\$ 52,73 para R\$ 56,44. Segundo a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, os motivos que levaram o prefeito Gilberto Kassab a agir assim foram a existência de uma resolução do Conselho Nacional do Meio

É preciso evitar novo malogro no programa de inspeção veicular

Ambiente (Conama), de outubro passado, que tornou obrigatória em todo o País a inspeção veicular, e o alto custo da restituição. Kassab concluiu que aquela resolução desobriga a Prefeitura de fazer a restituição, que era um estímulo importante, como o demonstra o fato de 844 mil proprietários de veículos a terem solicitado. Desse total, 635 mil já receberam de volta a taxa de R\$ 52,73, o que custou à Prefeitura R\$ 33,5 milhões.

O governo municipal terá, por isso, de lançar mão de todos os recursos legais de que dispõe para forçar os proprietários de veículos a submetê-los à vistoria. Quem não fizer a inspeção pode pagar caro por isso. O licenciamento de seu veículo será bloqueado no Detran e, se ele for flagrado circu-

lando pela cidade, estará sujeito à multa de R\$ 550. Dessa maneira, diz Eduardo Rossin, diretor da Controlar, empresa que realiza os testes, “quem não fizer *(a inspeção)* terá de passar por um processo de desbloqueio do veículo *(no Detran)*. A Prefeitura deve exigir um pagamento pelo não-cumprimento *(dessa obrigação)*. O proprietário vai ter assim uma despesa extra financeira e outra burocrática”.

É de esperar que a Prefeitura aja com o máximo rigor em 2010, quando o programa atingirá a totalidade da frota paulistana, porque a inspeção tem um duplo efeito positivo: a diminuição da poluição e a melhoria do trânsito. Neste último caso, a inspeção ambiental – que na prática, independentemente da intenção dos que a criaram, está preparando o terreno para a inspeção mecânica, que quando adotada tirará das ruas um grande número de veículos em más condições, que enguiçam com frequência – é incluída pelos especialistas entre as medidas indispensáveis para melhorar a circulação na capital.

Finalmente, o êxito da inspeção ambiental na capital constituirá importante estímulo para a implantação de programa semelhante em todo o Estado, objeto de projeto de lei enviado pelo Executivo em novembro à Assembleia Legislativa. Ele é mais abrangente que a resolução do Conama, que limita a obrigatoriedade da inspeção aos poucos municípios com mais de 3 milhões de veículos.

Os parques resultados do PAC

Ou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está muito enganado a respeito do andamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – a principal peça de propaganda de seu governo – ou está querendo enganar a população. No seu último programa semanal de rádio de 2009, apresentado na segunda-feira, Lula atribuiu ao PAC poderes extraordinários, como o de mitigar os efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira e o de assegurar uma situação confortável para o País em 2010. É muito pouco provável, porém, que um programa que mal saiu do papel tenha tais poderes. De 12.520 obras e ações, apenas 1.229, ou 9,8% do total, estão concluídas quase três anos depois de terem sido anunciadas com grande estardalhaço, como constata a ONG Contas Abertas, com base em informações do próprio governo.

Se quiser entregar até o fim do mandato metade do que anunciou, o governo terá de realizar, em 2010, muito mais do que fez em três anos. O histórico da gestão e da execução do PAC, porém, indicam que é praticamente impossível alcançar esse resultado.

O levantamento mais recente do Contas Abertas sobre o PAC mostra que 7.715 projetos, ou 61,6% do total, não saíram do papel. São considerados pelos relatórios do governo como em “contratação”, em “ação preparatória” (estão em estudo ou em fase de licenciamento) ou em “licitação” (etapa que inclui da preparação do edital de licitação até a contratação da obra). Há

3.576 obras (os restantes 28,6%) em andamento.

A Casa Civil utiliza outro critério de avaliação do andamento do PAC. Em lugar do número de projetos, utiliza o valor. Por esse critério, o governo considera que 32,9% do programa já foi inteiramente executado. Em resposta a consulta do Contas Abertas, a Casa Civil diz que o critério de valor é mais adequado, “pois o PAC é composto de um número muito grande de obras com dimensões muito diferenciadas”, fato que, no seu entender, provoca distorções quando só é considerada a quantidade de obras.

O ritmo das obras está muito abaixo do que Lula vem proclamando

No entanto, mesmo pelo critério de avaliação do governo, o que se constata é que, em três dos quatro anos do seu segundo mandato, a gestão Lula conseguiu executar menos de um terço do PAC, fato que a Casa Civil atribuiu às dificuldades – ou “desafios específicos”, como diz o governo – de cada etapa de um projeto, que começa pelos estudos de viabilidade e passa pela elaboração de projetos básico e executivo, obtenção do licenciamento, processo de licitação e execução da obra.

Até agora as dificuldades superam a competência do governo. Até mesmo em obras do interesse político do presidente – e, por extensão, de sua chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, apresentada por Lula como “mãe do PAC”, que já

vem sendo utilizada como principal bandeira da campanha eleitoral não oficial da candidatura governista à Presidência da República – há atrasos. Incluída no PAC, a construção da Ferrovia Nova Transnordestina – que ligará Eliseu Martins, no Piauí, aos portos de Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco, passando pelo município pernambucano de Salgueiro – deveria ser concluída em 2010. Mas o ritmo da obras é tão lento que o governo já admitiu que o prazo não será cumprido.

A Transnordestina é um resumo das dificuldades do governo Lula para tornar realidade os projetos do PAC. A empresa que venceu a licitação não tinha um bom projeto, as desapropriações de responsabilidade dos governos estaduais atrasaram, pendências judiciais retardaram as obras, que, como outras do PAC, tiveram dificuldades para obter as licenças ambientais. O próprio governo retardou a liberação de recursos de fundos de investimentos federais.

São, em resumo, problemas que só podem ser superados por uma gestão eficiente, o que não tem sido a característica do atual governo, como mostram os balanços do PAC, até mesmo os oficiais.

Para retardar ainda mais o andamento do programa, à questão da falta de competência gerencial do governo somam-se irregularidades, como as constatadas pelo Tribunal de Contas da União, que levaram o Congresso a determinar a paralisação de 24 obras federais, das quais 4 – para as quais estão previstos investimentos de R\$ 20,4 bilhões – incluídas no PAC.

ATENÇÃO: As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecioná-las para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.



estadao.com.br

Leia mais cartas
http://www.estadao.com.br/opiniao/opi_forumleitores.0.htm

pam no governo atual.

PAULO NATALE PENATTI
paulopenatti@uol.com.br
Piedade

Ministro Jobim

É lamentável o papel que desempenha o ministro Nelson Jobim ao manifestar solidariedade às reações dos chefes militares ao 3.º Programa Nacional de Direitos Humanos. Na condição de ministro civil da Defesa de um governo civil e democrático, o que lhe incumbe é sensibilizar e conquistar os militares para uma causa que é de todos nós, militares inclusive, é da Nação. O ministro não tem o direito de ameaçar, aludindo à sua renúncia com a clara intenção de invocar o temor de uma crise militar. Queremos, sim, superar o pas-

sado e para isso é necessário recusar esse modo de agir e conduzir a coisa pública, na base do medo, do segredo e da impunidade. Não somos reféns de um passado que não nos queremos deixar conhecer.

LUÍS FERNANDO CAMARGO DE BARROS VIDAL, presidente do Conselho Executivo da Associação Juizes para a Democracia
lvidal@tj.sp.gov.br
São Paulo

Esqueçamos 2009

Decididamente, 2009 é um ano para ser esquecido. Foi o ano da Grande Recessão. O grande desafio neste momento é manter a frágil estabilização, antes de voltar a crescer. Mas se em 2009 a economia começou mal e terminou mediana, a política começou

“A esperança maior do povo brasileiro nesta virada do ano é justamente... a Mega-Sena da virada!”

Virgílio Melhado Passoni
mmpassoni@gmail.com
Osasco

ruim e terminou péssima. Inúmeros casos de corrupção: Waldomiro Diniz, mensalão do PT, vampiros, contas secretas, loteamento político-partidário dos cargos técnicos, família Sarney e suas negociações, mensalão do DEM em Brasília, etc. Até a UNE desviou dinheiro público para empresa fantasma em Salvador. E pior: tudo com a bênção e o estímulo do presidente Lula, que em vez de conde-

nar e combater corruptos os defende. Mas o máximo desse retrocesso político, em 2009, foi a ressurreição da censura à imprensa, que o País imaginava estar morta e enterrada. Meus votos de um próspero 2010!

CARLOS IUNES
carlosiunes@bol.com.br
Bauru

Boas-festas

O Estado agradece e retribui os votos de boas-festas e próspero ano-novo de Abbott, Acadêmicos do Tucuruvi, Agência da Boa Notícia, Alceu Moreira, Amauri Elias Xavier – Sindicato Rural de Itapetininga, Ana Sofia Santos – SapôKiosk, Ana Valéria Haddad – Cadbury, Andreoli – MS&L, Antonio Carlos Franco, Antonio Carlos

Valente – Telefônica, Armando Podadera, Armarinhos Fernando, Arthur Bignon Junior, Automecânica Milton, Bluecomp, Camilo Toscano, Carbono Puro, Carlos Arthur Nuzman – Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Lungarzo, Ciampolini e Calvo – Advogados, Comunicação Corporativa do Itaú Unibanco – Relações com a Imprensa, Danilo Santos de Miranda – SescSP, Dom Orani João Tempesta – arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro, Edna Matosinho de Pontes e equipe da Galeria Pontes, Equipe Mundo Off Road, EWM Centro de Teinamento de Aviação Civil, Fábio André Balthazar, Filipe Luiz Ribeiro Sousa, Fernando Freitas Fosfertil, Gerência de Imprensa da Petrobrás, Insider 2, Isaac Fingerhmann, João Pedro Flecha de Lima – Huawei do Brasil

Telecomunicações, José Renato de Araújo e família, José Vieira Rocha, Kalil Rocha Abdalla – Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Lourivaldo Delfino, Lucas Santoro Sanches, Luciana Dias de Souza – Supervia, Luiz Erlanger – Rede Globo, Luiz Henrique Weber – Fiep, Marcelo Alonso – Vivo, Marcos Cintra, Marcos Wilson Spyer Rezende, Marinete Veloso – Renault do Brasil, Marilda B. Boulay, Markiano Charan Filho, MB Produções, Mirtes Bogéa e Giuliana Benzi – Hospital Sírio-Libanês, Moreau Advogados, Mozarteum Brasileiro, Nermércio Nogueira – Alcoa, Nuwar, OceanAir, Parceria 6, Paulo Marinho, Peugeot do Brasil – Diretoria de Relações Externas, Roberto Denipoti Villa e Ranulfo Bocayuva – jornal A Tarde de Salvador.